

PODER

PL pró-golpistas deve ser vetado por Lula

Senado aprova projeto que reduz pena dos envolvidos no 8/1 e beneficia Bolsonaro, mas expectativa é de que chefe do Planalto refute texto. Aval à matéria ocorre após reviravolta na CCJ, com parlamentares denunciando acordo do governo com a oposição

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei 2.162/2023, conhecido como PL da Dosimetria, que altera critérios para a fixação e a execução das penas aplicadas a condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de cadeia por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. A proposta foi aprovada em plenário por 48 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção, após ter passado, mais cedo, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve vetá-lo.

Pelo projeto, Bolsonaro, que teria de cumprir 5 anos e 11 meses de prisão em regime fechado, conseguiria a redução para apenas 3 anos e 3 meses. O ex-presidente está detido na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reconheceu ter defendido o avanço do texto, por já ter maioria formada na Casa.

Em troca, ele fez um acordo para não travar a pauta que corta incentivos fiscais e eleva a tributação de fintechs e de bets. "A dosimetria já tinha maioria formada. Eu fiz um acordo de procedimento, não de mérito, para não travar a pauta econômica. A responsabilidade é minha", justificou.

A matéria chegou ao plenário após ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por 17 votos a favor e sete contra, em uma sessão marcada por divergências sobre o alcance das mudanças. O relator do projeto, senador Esperidião Amin (PP-SC), promoveu ajustes em relação à versão aprovada pela Câmara dos Deputados, restringindo expressamente os efeitos da proposta aos crimes relacionados aos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro, e afastando a possibilidade de aplicação generalizada a outros tipos penais, o que poderia beneficiar criminosos comuns.

Ele justificou que foi preciso eliminar brechas que poderiam beneficiar líderes de organizações criminosas. Após a aprovação no Senado, o relator comemorou e disse que esse é o caminho para selar a paz. "Essa vitória não é pessoal de ninguém. Essa vitória é a vitória do

bom senso, da busca da paz. Não é que ela fará a paz, mas é um gesto, um passo nessa direção. Temos que celebrar o Natal e o novo ano, que vai trazer novas esperanças", afirmou Amin em plenário.

O parecer aprovado incorporou uma emenda apresentada pelo senador Sergio Moro (União-PR), que altera dispositivos da Lei de Execução Penal para restringir a redução de penas em regime fechado nos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Para o relator, a proposta não configura anistia, mas corrige excessos. "Há um consenso de que a mão foi pesada, muito pesada", declarou.

A classificação da emenda como de redação provocou controvérsia durante a tramitação na CCJ. O presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), avaliou que a mudança tinha mérito, mas, a pedido do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), o tema foi submetido ao colegiado. Em votação simbólica, prevaleceu o entendimento de que se tratava apenas de ajuste redacional, o que evitou o retorno do texto à Câmara.

Novos parâmetros

O projeto estabelece novos parâmetros para a progressão de regime nos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Pelo texto aprovado, o condenado deverá cumprir ao menos 16,6% da pena para progredir de um regime mais gravoso para outro mais brandão, como do fechado para o semiaberto, desde que apresente bom comportamento carcerário. A regra se aplica independentemente de reincidência ou do uso de violência ou grave ameaça.

Atualmente, a legislação prevê o cumprimento mínimo de 16% da pena apenas para réus primários que não tenham praticado crimes com violência ou grave ameaça. No caso do 8 de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em diversas condenações, a ocorrência de violência e grave ameaça, o que exigiria percentuais mais elevados para a progressão de regime, pelas regras vigentes.

Nos demais crimes, o texto mantém os percentuais atuais. Em casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, por exemplo, o condenado primário deverá cumprir 25% da pena para ter direito à progressão. Para reincidentes e crimes mais graves, os percentuais continuam mais elevados.

De nossa parte, não tem nenhuma possibilidade de acordo, seja com anistia raiz, seja com anistia nutella. Não há tolerância para quem comete crime contra a democracia. Se for aprovado, o presidente Lula vetará esse projeto"

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Randolfe Rodrigues (PT-AP